

Cosmopolitismo Infantil / Childhood's Cosmopolitanism

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.13>

Catarina Tomás

Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), Portugal

Cosmopolitismo Infantil

Em 2021 continuamos a assistir a um cenário complexo quando nos referimos à situação mundial da infância e às dificuldades que se apresentam aos diversos Estados na promoção e garantia dos direitos da criança. No entanto, desenvolve-se no espaço-tempo mundial uma cultura de resistência em prol da efetivação dos direitos das crianças. Podemos afirmar que existe, ainda que incipientemente, um espaço de luta pelos direitos da criança: o cosmopolitismo infantil.

Sendo um projeto plural, político e social, este conceito prende-se com expectativas sociais e implica a identificação de grupos sociais cujas aspirações são negadas ou tornadas invisíveis (Santos, 2003). Dada a impossibilidade de identificar todos os movimentos e atores que, direta ou indiretamente, se associam à luta pelos direitos das crianças, tarefa quase impossível, nem a construção de uma teoria global, uma vez que cada movimento terá de ser objeto de análise atenta e contextualizada, pretende-se ilustrar alguns exemplos desses movimentos, ações e atores na defesa dos direitos da criança.

Por conseguinte, o cosmopolitismo infantil pode ser entendido como um movimento transnacional de luta pelos direitos da criança que se revê no papel desempenhado por: (i) organizações internacionais como *UNICEF*, *Childwatch International*, *International Save the Children Alliance*, *Unesco*, *Defense of Children International*, *Global Movement for Children (GMC)*, *PLAN*, *World Vision International*, *Alliance of Youth CEOs*, entre outras; (ii) por lutas, experiências e iniciativas como o Fórum Social Mundial, onde decorreu a iniciativa do Grupo de Trabalho sobre Direitos da Criança num Mundo Globalizado (CR4WSF), em 2004; (iii) por movimentos sociais de crianças (MSC), como os que são desenvolvidos por crianças trabalhadoras em várias partes do mundo, como na África (AMWCY, Movimento Africano das Crianças e Jovens Trabalhadores), Ásia (Bhima Sangha, Makkala Panchayats e Namma Sabha) e América Latina (NATs, *Niños, niñas* y adolescentes *trabajadores*). Estes movimentos surgiram nos finais da década de 70 do século passado, primeiro na América Latina, e a partir da década de 90, na África e Ásia. Mais recentemente, assistimos a um conjunto de ações lideradas por crianças e jovens que se tornaram mundialmente conhecidas: Malala Yousafzai

e a defesa da educação das meninas; os/as jovens do Movimento “Never Again MSD”, nos EUA, e a defesa das alterações legislativas em relação às armas; e Greta Thunberg e a defesa do ambiente; (iv) por investigadores/as oriundos/as de campos do saber como os Estudos da Criança/Infância, que defendem que as crianças são dignas de serem estudadas em si mesmas, no presente e não no seu futuro como adultas, a partir da sua própria voz e ação e não apenas através daquilo que os adultos dizem delas, recusando orientações, discursos práticas adultocêntricas, e pretendem romper com os saberes tradicionais sobre as crianças e a infância.

Não obstante, o cosmopolitismo infantil, como o modo mais ilustrativo do espaço da infância no quadro global, caracteriza-se ainda pela sua incipiência e pela sua dificuldade em se afirmar e provocar mudanças efetivas no *status quo*. De forma concreta, talvez possamos apenas falar em *contra-pontos* (Silva, 2000), em vibrações ascendentes ou num projeto embrionário que tenta propor e acionar um quadro alternativo, concertado e global relativamente à situação da infância e à luta pelos seus direitos.

Várias são as razões para explicar este facto, nomeadamente a pouca capacidade que os movimentos sociais de crianças, ONG, ou campos do saber têm de influenciar a agenda política e científica dominante. As lutas, iniciativas, experiências, movimentos alternativos como os descritos assumem, na sua maioria, uma ação local, com caráter pontual, ora facilmente desconhecidas ora facilmente descaracterizadas e/ou ridicularizadas, sobretudo quando lideradas por crianças. Uma outra crítica feita a estes repertórios e atores prende-se com o facto de muitas ações terem um papel importante, sobretudo para resolverem situações de emergência. Há ainda o perigo do efeito da privatização da ação pública, da personalização das causas e da instrumentalização das ONG, pelas organizações internacionais, os governos e grandes empresas.

As organizações e os movimentos infantis têm histórias múltiplas e originais. O seu nascimento, desenvolvimento e maturidade têm trajetos diferentes, de acordo com os próprios contextos das crianças, da sua forma de funcionamento, dos objetivos que se propõem alcançar, das estratégias adotadas pela população, a quem se dirigem e da sua ideologia. No entanto, não ignorando o que se acabou de afirmar, e considerando a multiplicidade de lutas, experiências, iniciativas e movimentos, podemos afirmar que há um denominador comum a todos eles, nomeadamente o reconhecimento da infância e das crianças e seus interesses e direitos.

Children's Cosmopolitanism

In 2021, we continue to observe a complex scenario regarding the situation of children around the world and the difficulties that result from the distinct ways of promoting and guaranteeing children's rights. However, a culture of resistance has developed to facilitate the realization of children's rights. We can affirm that there is, even if incipiently, a space for the fight for the rights of the child: children's cosmopolitanism.

As a plural, political and social project, this concept is based on social expectations and implies the identification of social groups whose aspirations are denied or made invisible (Santos, 2003). Given the impossibility of identifying all movements and actors that, directly or indirectly, associate themselves with children's rights, or of constructing a global theory, since each movement would have to be the subject of a careful and contextualized analysis, it is intended to illustrate some examples of these movements, actions and actors in the defense of the rights of the child.

Consequently, children's cosmopolitanism can be understood as a transnational movement for the fight for children's rights that has been carried out by: (i) international organizations such as UNICEF, Childwatch International, International Save the Children Alliance, Unesco, Defence of Children International, Global Movement for Children (GMC), PLAN, World Vision International, Alliance of Youth CEOs, among others; (ii) experiences and initiatives such as the World Social Forum, where the Working Group on the Rights of the Child in a Globalized World (CR4WSF) initiative took place in 2004; (iii) children's social movements (CSM), such as those that are developed by working children in various parts of the world, such as in Africa (AMWCY, *African Movement of Children and Young Workers*), Asia (Bhima Sangha, Makkala Panchayats and Namma Sabha) and Latin America (NATs, *Niños, niñas y adolescentes trabajadores*). These movements emerged in the late 70s of the last century, first in Latin America, and in the 1990s in Africa and Asia. More recently, we have seen a series of actions led by children and young people who have become well-known worldwide: Malala Yousafzai and the defense of girls' education; young people from the "Never Again MSD" Movement in the USA, and the defense of legislative changes in relation to weapons; and Greta Thunberg and the defense of the environment; (iv) researchers from fields of knowledge such as Child Studies/Childhood Studies, who argue that children are worthy of being studied in themselves, in the present time and not in their future as adults, as well through their own voice and actions and not only through what adults say about them.

They reject guidelines, adult centric discourse and intend to break with traditional knowledge about children and childhood.

Nevertheless, children's cosmopolitanism, as the most illustrative mode of childhood space in the global context, is still characterized by its incipience and its difficulty in asserting itself and provoking effective changes in the status quo. In concrete terms, perhaps we can only talk about *counterpoints* (Silva, 2000), upward vibrations or an embryonic project that tries to propose and trigger an alternative, concerted and global framework regarding the situation of childhood and the struggle for children's rights.

There are several reasons to explain this fact, namely the incapacity of children's social movements, NGOs, or fields of knowledge to influence the dominant political and scientific agenda. The initiatives, experiences and alternative movements such as those described above, are limited mostly to occasional local actions, at times unknown or unrecognised and / or ridiculed, especially when led by children. Another criticism made of these repertoires and actors, is related to the fact that many actions play an important role, especially in resolving emergency situations. There is also the danger of the effect of the privatization of public action, the personalization of causes and the instrumentalization of NGOs, by international organizations, governments and large companies.

Children's organizations and movements have multiple and original stories. Their origin, development and maturity have different paths, depending on the children's own contexts, their ways of functioning, the objectives they propose to achieve, the strategies adopted by the population, to whom they are addressed, and their ideology. However, while not ignoring what has just been stated, and considering the multiplicity of struggles, experiences, initiatives and movements, we can say that there is a common denominator for all of them, that is, the recognition of childhood and children as well as their interests and rights.

Referências / References

Santos, B. S. (2003). Poderá ser o direito emancipatório. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

Silva, M. C. (2000). Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: notas para um debate. In J.M.Viegas & E.C. Dias (Eds.), *Cidadania, integração social e globalização* (pp. 289-309). Oeiras: Celta.

Tomás, C. (2011). *"Há muitos mundos no mundo". Cosmopolitismo, Participação e Direitos da Criança*. Porto: Afrontamento.